

A PESCA ARTESANAL COMO IDENTIDADE: MERCANTILIZAÇÃO E DISSOLUÇÃO DE UM MODO DE VIDA RURAL

Norma Felicidade L S Valencio, Profa.Dra.

Economista, Docente do Departamento e Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos e Professora Colaboradora do Programa de Pós Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP/São Carlos, BRASIL.

E-mail: normaf@terra.com.br

Abstract

In the globalization context in which Brazil is inserted, the modernization creates new ways of social organization of the space and social interactions. The existence of many social groups just is legitimate, in this process, when they accept the progress projects that are imposed. The know-how of traditional groups, like fishermen, is influenced by the interaction with experts, their new technologies and new ways of cooperation. When the experts value the traditional knowledge, they do it as a strategy to induce the traditional groups to adhere the businesses of the modern world, which the scientists are part. In fact, this process takes to rural livelihoods depreciation and it carries through a symbolic violence, destroying the identities of the fishermen communities.

Introdução

No contexto de globalização, no qual o Brasil se insere, as expressões do que Giddens (1997) denomina como *modernidade tardia* circunscrevem novas formas de organização social do espaço bem como de interações sociais. Leff (2003) refere-se a esse contexto como o de “economização do mundo”, isto é, uma circunstância histórica em que as várias dimensões da vida social são reduzidas à racionalidade de mercado. Logo, o direito à existência de extensos grupos sociais só ganha legitimidade na medida em que adiram funcionalmente aos projetos de progresso que resultam em silenciar a performatividade na qual sua identidade se expressa nos corpos, nas relações sociais e nas interações com a base biofísica. O saber-fazer de grupos tradicionais, como dos pescadores artesanais, não fica imune a tal processo: novas relações lhes são impostas a fim de que incorporem crescentemente o conhecimento perito, seja nas formas de representação do mundo, de assimilação e acomodação de novas tecnologias e de associativismo.

A recente valorização do etnoconhecimento da pesca bem como da mobilização científica e de ong's em torno das comunidades pesqueiras tradicionais do interior e litoral brasileiros não devem ser vistos, nesse processo, como um contraponto às injunções da modernidade, mas um negócio como outro qualquer que afirma os interesses modernos e remunera a peritagem que assedia, com projetos ditos sustentáveis, os lugares que insistem no "atraso". Assim, tal valorização e mobilização revelam-se como a faceta contemporânea do progresso, na qual vultosos recursos são colocados a serviço tanto da desqualificação das "formas arcaicas" de apropriação e reprodução da cultura local quanto da indução à mercantilização dos referentes do mundo biofísico, social e emocional de tais grupos, provocando-se violências simbólicas sem precedentes na trajetória dos mesmos. Ao debate que situa os dilemas da pesca artesanal como de disputa territorial (questão do âmbito da geografia humana), de escala de produção (questão do âmbito da economia) e de (in)adequação de sistema de manejo (questão do âmbito das ecotecnologias), quer-se configurar, com esta reflexão, os impactos dessas novas interações sócio-políticas na dimensão identitária das comunidades pesqueiras artesanais.

1. A modernidade tardia como processo de deslegitimação das identidades tradicionais

Das muitas formas de entender a construção social das identidades em geral e das tradicionais, em particular, Giddens (1997) oferece-nos uma, que é a de vê-las como um processo de criação de constância através do tempo, uma espécie de união do passado com um futuro antecipado.

No caso das identidades tradicionais, isso implicaria num cuidado de preservação e num valor intrínseco da memória social não apenas como saudosismo, como referência persistente àquilo que já se foi, mas como luz ao devir, exigindo do grupo uma relação de constância com o espaço, mantendo-o sob controle para a conservação. As práticas de trabalho, na tradição da pesca, não apenas estão associadas às dimensões extra-econômicas da vida social - como as relações familiares, a religiosidade, as festas - mas são balizadas pela oralidade e pelas técnicas corporais, necessitando se reproduzir e revitalizar desde a interação com tal espaço, cuja singularidade define as

peculiaridades do saber-fazer na interação socioambiental. A narrativa da pesca artesanal é, pois, a de uma simbiose entre homem e natureza que se distingue diametralmente da narrativa da modernidade, onde o processo de trabalho tende a ser alienante, reprodutível em qualquer espaço, já que os espaços são crescentemente homogeneizados, ao mesmo tempo que precisa manter controle sobre uma natureza fragmentada.

A *modernidade tardia*, para o autor, delineia um processo de destradicionalização entendido como a mudança de *status* da ordem social. Comunidade locais, que representam o ambiente como um contexto interno a sua vida social, passam a ter as rotinas subordinadas à sociedade macroenvolvente para quem o mundo, em toda a sua extensão, é uma cadeia de oportunidades. A natureza, tal como é entendida pela modernidade - numa perspectiva instrumental, como múltiplos e diversificados *recursos naturais* - é objeto de exploração, transformação, destruição, segundo os ditames da acumulação. E as práticas sociais próprias ao capital são melhores exercitadas quando a tradição que há no lugar, na interação com essa natureza, é dissolvida.

Se a tradição é o que está envolvida na produção e no controle do lugar por dada comunidade, que se reafirma ativamente através da interpretação contínua dos significados e técnicas do passado, para os propósitos da modernidade a trajetória do grupo precisa, então, ser desacreditada, tomada como forma de sociabilidade anacrônica, injustificável perante a sociedade macroenvolvente com a qual tal comunidade é levada a estabelecer contato contínuo até ceder às interações hierárquicas da nova ordem.

Quando grupos modernos, como cientistas e ong's, partem para um tipo de interação social com as comunidades tradicionais, em geral, o *status* comunitário é rebaixado. Isso porque tais comunidades são pressionadas a referenciar-se por uma outra temporalidade, que não a sua. Para tornar legítimas as razões dos que o abordam - situados no mundo contemporâneo, globalizado -, são indagados a respeito de sem-número de fenômenos naquele espaço no uso de filtros discursivos, os jargões peritos, que faz crer que a comunidade seja ignorante a respeito do que se passa ali: "qual é o *ph* desse trecho do rio?" "como conseguem monitorar o trajeto do cardume sem *fingerprint*?"; "como a sísmica pode interferir na reprodução do *Mugil brasiliensis*?";

“qual a contribuição do nitrogênio para redução de tal estoque?”; “como a situação de gênero condiciona a reprodução social local?”. O mecanismo discursivo de silenciamento do outro corrobora na intenção de convertê-lo a um novo projeto existencial, descartando o valor da memória social como base para a interpretação de si mesmo, para a organização do tempo e a produção social do lugar. O que, no geral, fica oculto, é que o perito não irá ao chamamento da demanda da própria comunidade, quando é solicitado e, por vezes, em caso que se colocam como imperioso (= por exemplo, para ajudá-la a defender-se contra certa denúncia referente ao uso ambiental), pois o que rege as interações e prioridades peritas não é a solidariedade ao sofrimento humano senão sua remuneração.

A adesão da comunidade ao encaixe funcional com a sociedade macroenvolvente não é apenas um processo pleno de ardis, no qual os grupos que representam à última falseiam o rol dos beneficiários, escamoteiam suas contradições, aplainam unilinearmente os argumentos em prol das vantagens a serem alcançadas pela comunidade na cessão à pressão exógena, isto é, na aceitação de sua desterritorialização. É também um processo no qual a memória social da comunidade de base tradicional, mais do que passar a significar um arcabouço inútil, onde já não se encontra nenhuma referência de verdade para projetar o futuro de seus membros, torna-se razão de embaraço e vergonha da comunidade perante o outro, denotando raízes sócio-históricas que precisam ser rompidas e lançadas fora rapidamente, sendo este estágio o de culminância da *violência simbólica* (cf. Bourdieu,2004) que tais interações estabelecem.

1.1 A pesca artesanal como modo de vida em extinção

A paulatina dissolução do modo de vida da pesca artesanal pelos valores e práticas da modernidade pode ser caracterizada através da trajetória de inúmeras variáveis socioambientais e econômico-culturais. Dentre elas, destacamos:

- a) a forma de produção e de propriedade dos meios de produção;
- b) as relações sociais de trabalho;
- c) o objeto de trabalho; e
- d) o processo de trabalho.

Os meios de produção fundamental da pesca artesanal, visando à sobrevivência e reprodução do grupo, são os petrechos monoespecíficos (como tarrafas, anzóis, fisgas, caceias etc) ou multiespecíficos (como redes de espera), que variam conforme a espécie de peixe que se objetiva capturar bem como as embarcações, quase que imperiosas, embora haja pescarias de beiras e de pedras em rios que as dispensem (cf. Valencio et al, 2001). No que tange à tradição das comunidades de pescadores, importa o contínuo domínio da feitura dos petrechos. Por exemplo, as técnicas de tecer malhas com agilidade e destreza, e remendá-las a cada retorno da pescaria, não considerando o estado lastimável desse meio de trabalho como passível de descarte, traz à tona o valor dos processos de reutilização. A técnica pôde ser mantida mesmo quando os fios crus foram substituídos pelo *nylon*, pois a produção das redes e tarrafas permaneceu de domínio da comunidade. A repetição do ato de tecer, como tradição, é onde repousa a técnica 'forte' e não na matéria prima, neste caso. As iscas, feitas de pequenas esculturas de misturas de comidas locais, são oferecidas pelos pescadores artesanais como iguarias sedutoras ao peixe. Os polímeros fluorescentes oferecidos, pelo mercado, como eficientes iscas, só seduziram pescadores amadores e esportistas. Tanto quanto a diversidade dos petrechos, há aquela relativo às embarcações produzidas pelos pescadores. A utilização de madeiras e palhas da flora local, com distintos desenhos e formas, capacidade de carga e agilidade de locomoção, tornam-nas pequenas obras de arte: as canoas do Médio São Francisco são acompanhadas de remos como meio principal de impulsão enquanto que, indo em direção ao Baixo curso deste rio, são as velas que predominam; as velas reaparecem nas jangadas ao mar dos pescadores cearenses, mas essas são planas na superfície de onde se equilibram os homens no ritmar das ondas. Mais amplas no Sul e estreitas e finas ao Norte, as canoas estão presentes como meio de locomoção comunitário de populações ribeirinhas/litorâneas para as diversas finalidades além do trabalho: é o que viabiliza as redes sociais microrregionais a qual há a visita à parentela e compadrio da comunidade vizinha, o partilhamento de formas de cura e das festas, a ida a escolas comunitárias e missas etc.

A solidariedade familiar e extra-familiar está presente, na, comunidade de pescadores artesanais, seja para compartilhar a feitura dos meios de

produção, seja para a execução da atividade de trabalho. Na primeira, a feitura de uma embarcação, ainda que de propriedade de um indivíduo, é um processo no qual, em diferentes intensidades, os demais pescadores envolvem-se para ajudar ou observar valorizando o feito. As praias ou barracões de colônias ou associações são espaços públicos no qual se estabelece uma figuração na qual os que dominam a arte do talhe fazem-se atrair pelo testemunho dos companheiros que especulam e intervêm para melhorar o desempenho e a estética da modesta nave. Daí, porque quando a mesma é finalizada, todo o grupo comemora e renova sua própria habilidade de fabrico.

Muitas são as pescarias que exigem a presença de um parceiro ou ajudante de pesca em vista tanto da necessidade técnica, que exige força coletiva para realizar a extração, quanto da carência de meios próprios de pescadores mais jovens, a qual os mais velhos são solidários. Encontra-se, aí, diversas estratégias de partição do fruto de trabalho, desde o partilhamento do pescado capturado à divisão do resultado em renda monetária proveniente da venda realizada do referido pescado. No geral, o trabalho da pesca artesanal apresenta processos de lealdade pessoal e mobilidade, dos aprendizes aos mestres. A autoridade dos últimos deriva de um misto de tempo de inserção na comunidade, o primor da perícia em pescar e em fazer os meios de produção, o tempo de atividade e carisma. Tais critérios, ao invés de fomentar distanciamento social dos trabalhadores, colaboram na sua coesão uma vez que os mestres ou as lideranças são legitimados quando forjam a continuidade e renovação do grupo, procurando resolver disputas e conflitos.

Peixes e cardumes silvestres são os objetos de trabalho da pesca artesanal, aquilo sobre o qual o pescador lança-se em esforço e habilidade, requerendo um amplo conhecimento da estrutura e funcionamento do ecossistema aquático lótico ou lêntico, de água doce ou marinha, incluindo a dinâmica climática interferente no comportamento da ictiofauna. Assim, aquilo que, na racionalidade científica, é objeto de conhecimento de variadas áreas das ciências exatas e da vida - ictiologia, limnologia ou oceanografia, hidrologia, meteorologia - encontra-se devidamente integrado, ainda que com outras significações, na cosmogonia da pesca artesanal.

O processo de trabalho na pesca artesanal é, em parte, um fazer objetivo, isto é, visa que as técnicas adotadas alcancem o máximo de eficiência dentro das regras de manejo próprias do grupo, ao qual não é permitido extrair das águas tudo o que se queira, mas fazê-lo segundo as condições de reposição natural do estoque (cf. Valencio et al, 2005). Porém, é também um fazer ritual quando a prática, válida para o grupo e validada constantemente por este, coloca de lado sua autonomia espaço-temporal para alicerçar sua expectativa de êxito no quadro referencial judaico-cristão. Na colônia de pescadores de Pirapora, Minas Gerais, o líder Pedro dizia: “pescamos da mesma forma [com as mesmas técnicas] igual ao tempo de Jesus” (cf. Valencio, 2006). A manutenção do mesmo fazer é o que confere um sentido de dignificação do trabalho.

A dissolução da tradição dá-se por vários processos, dentre os quais, o de disputa do território das águas e dos peixes com outros usuários. Aquilo que Ferreira (2003) denominou de “aquatório”, as águas de rios e mares vistos como território aberto e bem público, vai paulatinamente sendo privatizado e manipulado com a intensificação da transformação e extração dos recursos naturais: rios piscosos passam a ser seccionados pelas grandes barragens, a servir aos empreendimentos hidroelétricos e de irrigação; a sísmica, que rege a exploração petrolífera em mar, impacta corais e demais áreas reprodutivas; ambos desencadeiam alterações do ecossistema aquático, para não dizer resignificam o território aquático como ‘área de segurança’ e inviabilizam que a pesca artesanal permaneça no uso do lugar como forma de revitalizar a identidade coletiva.

Quando as novas formas de controle territorial retiram o pescador artesanal do tempo e do espaço do rio ou mar e dos peixes - com novos padrões normativos que o proíbe de freqüentar os locais usuais de captura bem como manter as rotinas diurnas de lançar-se às águas para extrair diretamente e indiretamente o sustento da família (para comer o peixe ou vendê-lo, viabilizando renda para prover outras necessidades) - a carência resultante dá-se no nível dos mínimos vitais. A fome justifica que a pesca artesanal prossiga à margem da lei que, ao fim e ao cabo, é lei feita para criminalizá-lo, enquadrá-lo, puni-lo com a perda dos seus meios de produção (apreensão de petrechos e embarcações) e muitas múltiplas vezes maiores do

que a renda média real da pesca possibilita. Assim, o arcabouço legal engendrado no seio das instituições da modernidade (e operacionalizado pelos órgãos ambientais no nível, federal, estadual ou local) não deve ser entendido como propício para resolver disputas de uso territorial e produção social do lugar passível de considerar os argumentos da tradição. Ao invés de instaurar consensos de uso, tais instituições anulam a possibilidade de reprodução material da comunidade em bases tradicionais e pressionam-na para transformar-se numa coisa diferente daquilo que sempre foi.

O modo de vida da pesca também vai desaparecendo quando novas gerações de pescadores desconsideram a importância de fazer suas embarcações e passam a terceirizar para pescadores mais velhos o fabrico desse meio de produção, um passo para a ambição posterior de adquirir a embarcação de fibra de vidro ou alumínio, com motor. Para serem mantidos, exigem alteração do esforço de pesca num ambiente já impactado por usos vários e rumando para um colapso. A lógica de financiamento da embarcação e motor modernos (remunerando o capital a juros), bem como de manutenção da fonte de propulsão (gasolina, a preços crescentes), é a mesma que leva à exaustão os recursos naturais no geral. Quanto mais ajustados aos meios de produção da cadeia produtiva industrial, mais insuficientes parecerão ao pescador as técnicas seletivas de extração tradicional. Onde havia regras comunitárias e práticas compartilhadas, o individualismo e a predação começam a ser fomentadas pelos pescadores modernizados. Nesse contexto, emergem os grupos de peritos que se apresentam à comunidade com fórmulas quase mágicas, fugindo ao reconhecimento do conflito e introduzindo soluções pacificadoras e ditas sustentáveis porque aprumadas num argumento de convivência possível entre usuários modernos e comunidades tradicionais, basicamente, ajustando os últimos aos primeiros.

Pegue-se, como ilustração, uma das alternativas pacificadora que é veiculada como a resposta moderna, no nível federal (SEAP) ao colapso pesqueiro: a aquicultura e suas variantes. Esta exige a dissolução da cosmogonia da pesca artesanal para a incorporação de um outro esquema classificatório com foco em molusco, crustáceo, espécies estranhas de peixes (não silvestres, invasoras ou introduzidas), rotinas de horário industrial para a lida com remédios e ração etc. E gera alterações na identidade coletiva

provocadas pela perda das técnicas corporais relacionadas à pesca e que não cabem no manejo semi-fabril, de escala. Conforme Mauss (1973), as técnicas corporais dizem respeito aos modos pelos quais os homens, de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos como razão prática, coletiva e individual. Os mais velhos, ao carregarem os mais jovens como ajudantes de pesca, são os que colocam o prestígio de sua experiência como modelo de destreza física - no equilíbrio do balanço da embarcação, na dignidade em partir para o mundo das águas e dele retornar como uma aventura sempre necessária, na resistência em perseverar horas, às vezes, noites a fio, até alcançar 'o momento certo', na agilidade, precisão e força para jogar tarrafa etc - a ser imitado não apenas como um 'balé' sobre as águas, mas como um ato quase mágico, na medida em que o êxito logrado na captura é de fazer o corpo um instrumento em consonância com o movimento dos cardumes, portanto, do que é concebido como natureza. A ligação entre esses dois movimentos sincrônicos, do corpo, do peixe e das águas, é o que é retido na memória e no testemunho do aspirante como a tradição a preservar: o corpo sozinho, como meio técnico primário da pesca, não alcança êxito se a natureza é modificada numa celeridade maior que o corpo da cultura percebe e representa. A autoridade tradicional, do pescador sobre os aprendizes, se preserva em trazê-los ao testemunho desse processo de trabalho que é um fazer parte da natureza.

Na circunstância na qual o tanque-rede é o que se coloca como alternativa à pesca artesanal pelas políticas no setor, a autoridade sobre o grupo para a ser constituída, em primeiro lugar, naqueles que dominam o processo de produção dos equipamentos (gaiolas), dos insumos (rações e remédios), do objeto de trabalho (alevinos e espécimes juvenis), que são sujeitos instaurados numa base industrial. Em decorrência, a autoridade se transfere aos técnicos que capacitam os pescadores a tornarem-se 'cuidadores de gaiolas'(cf Valencio, 2006) que é o mesmo que dizer , num desaprendizado das técnicas corporais as quais perdem seu sentido como habilidade importante para manejo de espécimes engaioladas: onde havia a necessidade do equilíbrio, na canoa ou jangada, para jogar a pesada tarrafa, há o curvar paciente com o saco de ração para alimentar os peixes cultivados; onde havia a percepção aguda do movimento dos cardumes no complexo emaranhado de

vida silvestre nas águas fluviais ou marinhas, e o inusitado a que o corpo deveria estar alerta, há o acompanhamento modorrento do crescimento dos mesmos espécimes no mesmo lugar, sem surpresas, tal como a lógica fabril reproduzida em meio aquático. Nada mais há, para o pescador-operário, que se precise saber sobre a natureza que não seja o meio ambiente da gaiola e, no máximo, de um entorno ora representado como 'ameaçador' à produção: predadores que danificam as gaiolas de tilápias, como piranhas, por exemplo. Onde havia o *habitus*, isto é, onde o pescador via-se envolvido na produção ou construção de estruturas sociais (cf. Bourdieu, 2004), falta um meio reflexivo da ação.

A participação científica na elaboração de alternativas à pesca, como a aqüicultura, cuja tecnologia derivada é difundida a um sem-número de comunidades de pescadores artesanais, não se dá apenas como interação indireta na dissolução da tradição. Com a ampliação do fomento a pesquisas de cunho participativo, muitos são os cientistas que se lançam a fomentar a que pescadores tenham a titularidade conjunta de projetos-piloto de tanques-redes para peixes exóticos em braços de reservatórios além de estimular carcinicultura em áreas de mangues, maricultura no litoral sulino e afins. Na seleção dos pescadores de uma comunidade, que são abordados e que se dispõem à parceria, destacam-se, constituindo nova fonte de autoridade (secundária a do cientista), os pescadores semi-letrados, aqueles que podem minimamente entender a lógica de projetos ou assinar pela comunidade. Na medida em que o grupo é enredado pelo fazer moderno, são as competências modernas, isto é, peritas, que passam a ser requeridas às novas lideranças do lugar. Os que sabem escrever, e não mais os guardadores da memória, são os contatos reforçados pelas interações com os peritos; os que sabem 'vender' os projetos no escopo da racionalidade moderna, não mais aqueles que portam as tradições, são os preferidos; por fim, os letrados e articulados, isto é, que sabem defender os projetos segundo a carência da sociedade macroenvolvente (= precisam definitivamente dos insumos do mercado, precisam atender ao grande mercado exportador da pesca e contribuir com divisas ao país) e não mais aqueles que lutam pelas reivindicações do grupo segundo as carências fundadas no valor da tradição, são os indispensáveis.

2. Os préstimos da ciência no encabulamento da tradição

Quando Giddens afirma que a tradição é o que integra e estabiliza os vestígios da memória num todo coerente, o qual alimenta a identidade coletiva e alicerça uma dada rotina, pode-se supor que as novas práticas e normas sociais que são impingidas ao lugar pela modernidade são aquilo que torna esses vestígios em algo sem serventia. Ao invés das lembranças emergirem ativas (“faço tal como meu avô fazia”), as mesmas são paulatinamente silenciadas. Reportar-se às mesmas cai em desuso, calam-se envergonhadas na memória da comunidade frente às exigências de proclamar as alianças com o conhecimento especializado (“faço tal como recomendou o cientista”). Logo, o eixo orientador das práticas da pesca, isto é, o poder, torna-se exterior à comunidade: é no meio macroenvolvente que se passa a considerar estejam situados os sujeitos e as soluções que precisam renovar a produção social do lugar, isto é, capazes de dar conta de ‘pacificar’ os conflitos que passaram a ocorrer na transmutação do rio, ou do mar, em “meio ambiente”, cuja exploração é decidida com base na hierarquização que parte do usuário mais capitalizado.

Muitas das interações que o meio técnico-científico realiza com comunidades pesqueiras no país e que são consideradas soluções *winner* - bem suportadas pelo fomento das agências de pesquisa ou órgãos, nacionais e internacionais, que se interessam pelo controle moderno da informação sobre os recursos e a dinâmica do espaço social - dizem respeito à capacidade de convencer tais comunidades a se ajustar a essa nova hierarquia e redefinir radicalmente seu modo de vida para viabilizar que os novos agentes no território sejam complacentes e tolerem a continuidade da presença comunitária no lugar que não mais lhes pertence. Em outros termos, significa dizer que a continuidade da inserção comunitária cobra o preço da perda de identidade coletiva e do *habitus*, isto é, a disposição incorporada, a razão prática coletiva.

A aquíicultura, como uma das alternativas que o meio técnico-científico mais incentivou para a *desincorporação* e *reincorporação* (cf. Giddens, 1997) da comunidade de pescadores no meio ora modernizado - sobretudo em mananciais que passam ao domínio, ou cessão, do setor de hidrenergia -

prescinde inteiramente da memória dos saberes e das habilidades preservados até então. Isso porque, a autoridade que a apresenta vem de outra temporalidade, tratando-a como única alternativa possível, nos marcos do que é aceitável aos usuários hegemônicos que ali se inseriram e que não querem ser incomodados com a publicização de potenciais conflitos de usos.

Alternativas como essas costumam ser precedidas e respaldadas por outras pesquisas ditas científicas, ávidas por comprovar que há um colapso da pesca. Tudo se passa como se o declínio dos estoques ocorresse numa linearidade à atividade de captura e não na alteração dos ecossistemas aquáticos pelos usos modernos que desterritorializam os modos de vida tradicionais. A linearidade cientificista - que se utiliza de pretenso rigor, em procedimentos quantitativos de pesquisa, para observar/apontar/analisar o esforço pesqueiro - parte de uma premissa simplista e subsidia um ordenamento simplório: o nexos causal da redução dos estoques tem relação exclusiva com o sujeito econômico que exerce a captura, o pescador, do que decorre que tal sujeito deva ter sua atividade criminalizada para permitir a reposição natural dos estoques entendidos como sobre explorados. Conforme outras análises de Valencio et al (2001, 2005) e Valencio (2006), tal raciocínio não só deixa de fora da matriz de causalidade a complexa sinergia entre as várias práticas que comprometem o ambiente aquático e desfavorecem a capacidade de suporte do meio à ictiofauna - e preserva a seriedade dos modelos *ceteris paribus* para as variáveis realmente relevantes da relação social com a base biofísica (deixadas, por tal razão, fora do modelo) - como também orgulha-se em respaldar os marcos legais que restringem a sobrevivência e reprodução de comunidades tradicionais. Dito de outra forma, tais estudos são financiados e/ou seus resultados orgulhosamente servem de subsídio aos órgãos ambientais que, por meio de propostas ao legislativo, desejam restringir cada vez mais a continuidade da atividade. Deixa-se, assim, evidente nos resultados provenientes de suas análises: são as tais 'práticas arcaicas' e a 'ignorância' dos pescadores artesanais aquilo que compromete a qualidade do meio ambiente.

Mais perverso, como violência simbólica, do que gerar, numa certa racionalidade, argumentos para destilar o preconceito aos saberes e práticas estranhos ao moderno - relevando a intolerância ao diferente - é utilizar da

força de trabalho de pescadores artesanais para gerar os dados que visam eliminá-los enquanto identidade coletiva e enquadrá-los como transgressores da lei. Quando o cientista interage com os pescadores de determinada comunidade, apresentando como objeto de pesquisa a preocupação com os estoques de peixes e desejoso por conhecer mais detalhadamente as técnicas de captura praticadas localmente, não raro, são bem recebidos porque a comunidade tradicional entende que haja afinidade de tais objetivos com suas próprias preocupações: cuidar para que o peixe não escasseie, através das estratégias ancestrais de observação do comportamento das diversas espécies, no que as técnicas empregadas se adaptam para equilibrar a captura com a reposição natural; e dar visibilidade às técnicas em si como a tradição viva, que integra os meios de trabalho às técnicas corporais particulares do grupo. O que permanece oculto, também aqui, é que, na observação disciplinar do cientista, ou do ensino das técnicas de apontamento ao pescador, informalmente contratado como ajudante de pesquisa e fazendo da sua captura um experimento científico, é a realização de um controle social que ajuda os pescadores a converterem-se à lógica acadêmica da produção de provas contra si, embora esquecidos os pescadores sejam como co-autores das publicações que daí deriva. Então, logo após, deparam-se os pescadores com decretos de proibição da pesca cujas autoridades proclamam sua deliberação com base nos estudos científicos do qual eles participaram, a um só tempo, como objeto de pesquisa e apontadores de campo, duplamente envolvidos para melhor configurar a neutralidade da ciência e a culpa desses trabalhadores: foram os últimos que sujaram suas mãos para produzir o crime e a notificação do crime que a ciência apenas constatou. Assim, vê-se uma figuração de estabelecidos-*outsiders* (cf Elias & Scotson, 2000) na qual os cientistas, agentes fiscais e operadores do direito, como grupos estabelecidos, atribuem-se uma superioridade e dignidade da qual está excluída todos os membros dos grupos tradicionais. É como se o exercício profissional dos primeiros dependesse da manutenção de um contato social com os segundos sempre partindo da suspeição de transgressão destes. A cultura da pesca é, então, tratada como subcultura indefensável publicamente.

Talvez, mais violento, mas igualmente imbuída na mesma lógica, ocorre em duas situações: na deturpação dos dados *a posteriori* da coleta de campo,

tal como se verificou por ocasião de audiência pública visando o fechamento da pesca em Minas Gerais, em maio de 2002, na qual os pescadores negaram a veracidade dos dados de pesquisa, por eles coletados diretamente (cf Valencio, 2006); ou, na criminalização do pescador quando flagrado em captura em época de piracema e que, no entanto, a está realizando como captura científica (quando a lei a libera em tais épocas), isto é, sob as ordens/orientações de um sujeito que não se mantém no esforço direto no lugar para dar respaldo à abordagem da fiscalização ambiental. Ainda que esclarecimentos posteriores permitam a liberação dos pescadores do flagrante - quando estes chegam a ser detidos juntamente com suas tralhas - o estigma de criminoso decorrente da figuração que o agente fiscal impõe com o flagrante, na curiosidade pública que incita no local, pode permanecer para suscitar tanto a descostura da sociabilidade corrente, pois há os que passam a evitá-lo por suspeita da sua idoneidade, quanto um rigor desmesurado da fiscalização, que passa a observá-lo com mais constância até que o pescador 'reincida', como sói acontecer segundo as representações policiais de que o Estado patrimonialista está prenhe.

Afora isso, os peritos em torno das alternativas à pesca artesanal constroem interações em que a deferência mínima à liderança tradicional cessa logo que precisam aglutinar em torno de si as gerações mais novas dispostas a participar de experimentos científicos. Filhos e netos de pescadores, já inseridos, ainda que precariamente, numa cultura letrada e sentindo-se valorizados pela remuneração em modestas quantias em troca de apontamentos sistemáticos, são tomados pelo gosto de, paulatinamente, solapar a autoridade tradicional. Mais importante do que pescar, é informar ao apontador o resultado de seu esforço e, ao apontador, é a expectativa que seus dados sejam validados pelo cientista e definam um novo rumo para a comunidade, rumo que, até então, era endogenamente construído. Dito de outra forma, o modo de vida da pesca, parido na relação intra-comunitária e na produção social do lugar desde um domínio relativamente solitário do território, é dissolvido pela intervenção não apenas daqueles que passam a partilhá-lo mas também daqueles que não moram nas ribeiras e litorais, do que não têm uma relação com o espaço senão como objeto circunstancial para um *paper*, dos que constroem a sua sociabilidade desde fora e longe da água, mas que

supõem que suas camisetas e carros com logotipos oficiais, gravadores para capturar declarações humanas, antenas e *fingerprints* para capturar movimentos dos cardumes, valem mais, como símbolos de autoridade, do que aqueles que até então, foram preservados pelas lideranças tradicionais. Aquilo que era *habitus* precisa ser vigiado para não contaminar a nova estrutura social, não infringir as regras institucionais, não solapar os acordos de pesca que os peritos mediam desconsiderando o processo de constituição de lideranças e preservação da memória viva e por aí em diante.

O total ajustamento de um à expectativa do outro não é comunicação dialógica, é relação de poder, afirma Giddens, com base no que observa-se que, à dissolução da tradição, corresponde a ausência de reflexividade em torno da prática do especialista: vende seus experimentos como soluções e, no geral, furta-se de dizer o óbvio: na pesquisa, os experimentos são experimentos, podem acertar ou fracassar. Ciência em processo é teste e não certeza. Dissolve-se um modo de vida tradicional no falseamento da imagem perita de que o novo mundo oferecido é seguro e na qual se estabelece a relação de confiança.

É esse o contexto do que Leff (2003) entende como sendo de *economização do mundo*, isto é, da destruição dos lugares que se tornaram objeto de atração do empresariado, cujo controle da base biofísica, em que tais comunidades sobrevivem e se reproduzem, exige um assédio à cultura ao ponto de seu envergonhamento e sua auto-extinção. E, portanto induzem-nas a aderirem funcionalmente aos projetos de progresso que subjazem à lógica de remuneração de fazeres e saberes alienados. Mesmo quando os apelos à publicização do etnoconhecimento é o que o perito utiliza para justificar sua presença na comunidade, o fim último, de um lado, é sua própria remuneração como produtor de ciência (para comprovar o valor do saber tradicional) e, de outro, é induzir à mercantilização do saber tradicional o que, ao fim e ao cabo, é destituí-lo das próprias fontes que consagraram sua perpetuidade (= de agora em diante terá valor, para reprodução no seio comunitário, aquilo que a sociedade macroenvolvente disser que tem para seu uso farmacológico, cosmético, energético, alimentar etc).

Assim, a performatividade das identidades que se encontrava imbricada nas técnicas corporais, na oralidade, nas crenças, no esquema classificatório da natureza, é corrompida inexoravelmente.

Para concluir

Diante da globalização, é necessário reconhecer os processos pelos quais os apelos da modernidade intensificam seu assédio aos lugares produzidos pelas comunidades tradicionais, tais como pelos pescadores artesanais. O processo de acumulação requer várias estratégias de desterritorialização da tradição, num elo entre a ciência, a técnica e o arcabouço legal que, no geral, configuram um contexto de criminalização e eliminação da pesca tal como estabelecida por gerações.

A geopolítica da sustentabilidade não apenas mercantiliza progressivamente a natureza, como apontado por Leff (2003), mas pede a aderência da força de trabalho dos pescadores, transmutada em práticas do tipo industrial que perverte a ordem simbólica da relação do homem com o meio assim como as estruturas de autoridade local.

Aquilo que, na interação de peritos com comunidades de pescadores, é tratado como novas certezas que estão em partilha, são interpretações de interesse dos circuitos macroenvolventes que, longe de serem soluções sustentáveis, são véus sobre aquilo que destroem.

Bibliografia Citada:

BOURDIEU, P. (2004). *O Poder Simbólico*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

ELIAS, N. & SCOTSON, J.L.(2000) *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FERREIRA, M.A.(2003). O risco de exclusão social do pescador profissional artesanal a partir do processo de extinção da ocupação. São Carlos: UFSCar/CSO (mimeo)

GIDDENS, A.(1997). "A vida em uma sociedade pós-tradicional" A. Giddens, U.Beck, S. Lash (orgs). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. p. 73-133.

LEFF, E (2003). “A Geopolítica da Biodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável: economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza”. R.C. Martins e N. Valencio (orgs). *Uso e gestão dos recursos Hídricos no Brasil : desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos: RiMa Editora.

MAUSS, M (1973) “As técnicas corporais”. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo EPU/EDUSP, vol 2,1973. 209-34.

VALENCIO, N et al (2001) “Condições de vida e trabalho do pescador profissional da Bacia do Alto-Médio São Francisco”. N. Valencio, A.Leme e R.C. Martins (orgs). *Uso e gestão de recursos hídricos no Brasil: desafios à cidadania*. Vol 1. São Carlos:RiMa Editora. 187-204.

VALENCIO , N et al (2005). “Ação institucional e violência simbólica na pesca profissional artesanal do rio São Francisco”. E.G. Espíndola & E.Wetland (orgs). *PPG-SEA:Trajatória e perspectiva de um curso multidisciplinar*.São Carlos: RiMa Editora. 175-202.

VALENCIO, N (2006) *Pescadores do rio São Francisco: a produção social da inexistência*. São Carlos: RiMa Editora.